

FAKE'M – UM MOTE, UM DESAFIO E UMA MATERIALIZAÇÃO. UMA VISÃO RETROSPECTIVA DO MUSEU DO FALSO (2012 A 2018)

*FAKE'M – A MOTO, A CHALLENGE AND AN EMBODIMENT. A
RETROSPECTIVE VIEW ON THE FAKE MUSEUM (2012 TO 2018)*

Rui Macário Ribeiro

Coord. Projecto Património/CITAR – Escola das Artes

Laura Castro

Universidade Católica Portuguesa/CITAR – Escola das Artes

Alice Duarte

Universidade do Porto/Faculdade de Letras

Resumo: Sediado em Viseu (Portugal), o Museu do Falso possui um percurso maioritariamente orgânico, quase-casual. A personalidade que o Museu do Falso aparenta adquirir, defende-se que a deve ao facto de ser o resultado e contributo de pessoas, agindo colaborativamente, ainda que permanecendo indivíduos, membros de uma comunidade específica. Esse caminho, entre a fundação e o presente, é o que se procura nestas páginas plasmar, de modo descritivo.

Palavras-Chave: Museus, Dinâmicas participativas, Criação Contemporânea, Património Cultural.

Abstract: *Based in Viseu (Portugal), the Fake Museum presents a “next-to-casual”, mostly organic path. One may argue that the personality that the Fake Museum seemly acquires, is due to the fact that it derives from people, acting collaboratively, though maintaining their individuality and still being members of a given community. The path between its foundation and the present time is what is intended to describe in these pages.*

Keywords: Museums, Participatory dynamics, Contemporary creation, Cultural Heritage.

Nota Prévia

Criado oficialmente no primeiro trimestre de 2012, a inauguração do Museu do Falso (dora-vante MF ou Museu) ocorreu no dia 18 de Maio de 2012 – Dia Internacional dos Museus – “abrindo portas” exactamente às 18 horas, 05 minutos e 12 segundos (emulando a data 18/05/2012). No momento da abertura ao público, possuía já a sua plataforma de existência (o site www.projectopatrimonio.com/museudofalso), a partir da qual se poderia, e pode ainda, aceder ao documento fundacional, que indica, como se transcreve:

Museu do Falso

O Museu do Falso é um Museu de História da Cidade (neste caso de Viseu), composto exclusivamente de contribuições de criadores e agentes contemporâneos, cada trabalhando na sua área directa de especialidade e competência, subordinando as suas contribuições à premissa e ao conceito de “Simulacro”: E se um determinado evento tivesse ocorrido de modo diverso ao que efectivamente se verificou?

Deste modo possibilita-se a construção de “documentos” que possam representar simultaneamente uma reavistação da História; e, por outro lado, a adição de uma componente criativa directa. Os resultados desse processo existirão numa dualidade entre o “Falso”, evidenciado enquanto constructo e o “Verdadeiro”, a peça especificamente pensada sobre a cidade que lhe dá substrato, por um dado agente. Por tudo isso, se fará discutir a noção e pertinência das estruturas museológicas, o papel dos agentes criadores, e em última instância, a própria noção de História, como opção diária, dentro de uma lógica de “Ego História”.

O Museu do Falso, servirá igualmente como um *hub* para os elementos patrimoniais e institucionais com responsabilidade ao nível do Património Cultural, dentro do espaço geográfico assumido como matricial.

Missão, Visão e Objectivos

O Museu do Falso é uma instituição permanente sem fins lucrativos, sediada em Viseu (Portugal), pertença da e financiada integralmente pela Projecto Património [Bem como por pontuais colaborações ao nível de patrocínios de cariz técnico], perspectivada dentro de uma existência online de supervivência alargada e um modelo expositivo físico “*pop-up*” [Consagrado por existências efémeras em espaços variados, no que, numa lógica museológica convencional seria uma multiplicidade de exposições temporárias.], de temporalidade variada, para o conjunto ou parcelas do seu acervo.

Assume como Missão, Visão e Objectivo, a divulgação da História Local (momento do espaço fundacionalmente adstrito: o concelho de Viseu), procurando para tal estabelecer um vínculo entre os investigadores de pendor e sustentação académica inter-pares, no que ao conhecimento histórico diz respeito e a criação contemporânea “*concept-specific*”, sempre que possível recorrendo a agentes que possuam ou tenham adquirido/desenvolvido para com o espaço geográfico alvo uma relação de pertença ou reiterado retorno. Efectiva-se a acção do Museu do Falso na sua permanência online ininterrupta – com actualizações periódicas – e na materialização de exposições mais ou menos alargadas no tempo, em espaços que o Museu do Falso considere válidos ou passíveis de transmissão do seu espírito e missão e salvaguardando o devido crédito e respeito pelas criações e fundamentações dos agentes envolvidos. As obras físicas a integrar no acervo do Museu do Falso serão sempre criadas especificamente para o mesmo, resultando da adição das perspectivas pessoais dos vários agentes envolvidos, uma colecção que se não funde numa visão unívoca da História embora tendo um elemento (o Museu do Falso e a área geográfica alvo) comum a todas as realizações.

Este artigo procurará, de modo sucinto, explicar o percurso do MF desde a sua fundação (incluindo alguns elementos contextualizadores prévios) até ao presente. Contudo, o que deve resultar da leitura do documento anterior, é simples: o MF nunca se apresentou como algo diverso do que pretendia ser. Pode ter sido entendido ou percebido de modo distinto, mas, essa é uma dimensão que não pertence ao MF, intrinsecamente, antes a quem com o mesmo se cruzou. O anterior documento é a chave de leitura para o MF e sua prática ao longo dos últimos seis anos.

Contexto

O MF nasce como um projecto – à falta de melhor definição – exclusivamente local (de Viseu) que assumia a intenção de crítica modificadora, pelo recurso a elementos irónicos e uma prática mimetizadora das existências museológicas próximas, bem como e também por reacção à utilização política – abusiva – de elementos patrimoniais. Ou seja, quando em Dezembro de 2011, se processa a delimitação de um modelo de funcionamento do MF, o objectivo premente era o de salientar uma utilização abusiva das noções, elementos e divulgações patrimoniais da cidade de Viseu, por parte das instâncias públicas/políticas (ou assim era entendido, por quem se tornou participante do/no MF).

Entre esse primeiro contacto com o futuro MF e os primeiros convites endereçados aos autores-proprietários das peças que viriam a integrar o acervo do Museu (durante o primeiro trimestre de 2012), o MF “transmuta-se” de projecto crítico e interventivo em Museu crítico e interventivo¹.

1 Para uma análise ou entendimento mais alargado destas nuances, sugere-se a leitura dos seguintes artigos, uma vez que não caberia neste espaço desenvolver a totalidade do processo inicial do MF:

Importa avançar que o MF se dispõe, desde o momento em que se plasma em conceito e se congrega com documento fundacional, como um projecto participativo/colaborativo. Com uma forte incidência curatorial, no sentido em que assume que há uma quase obrigatoriedade de manutenção ou respeito pelo referido documento fundacional, mas ainda assim, como participativo/colaborativo. Esta valência é fundamental para a leitura do MF e das peças que, na prática, o constituem e lhe dão corpo e Vidas (explicar-se-á infra o que se entende por Vidas).

Seria talvez exequível assumir o museu como um projecto de autor, que endereçaria (“o autor”) convites subordinados a uma óptica pessoal; talvez até não seja sequer complicado defender esse posicionamento. Ainda assim, não foi esse o pressuposto seguido. Antes o de um projecto com uma responsabilidade assumida (director-coordenador) e que, no garante e cumprimento dessa responsabilidade (essa sim, auto-assimilada e posteriormente cristalizada na dinâmica do MF e na dialética com a comunidade – e vice-versa), se torna propiciador de novas Vidas e respectivas peças. Por outras palavras: a autoria do MF enquanto peça, viria a tornar-se na direcção do MF enquanto museu e aqui a possibilidade de definição de novas Vidas e de novas perspectivas museológicas e plano de actividades (o que será tão entendível enquanto curador que coordena um conjunto de autores numa mostra artística, como, e preferencialmente, um director de museu que programa as actividades do mesmo).

Porque um projecto participativo ou partici-

(Macário Ribeiro, O Museu do Falso: uma experiência colaborativa em torno à noção de construção de Identidade., 2014), (Macário Ribeiro, FAKE’M – Da concepção à materialização do Museu do Falso (Viseu)., 2015) e (Macário Ribeiro, The Fake Museum and the resulting Mental Cultural Landscape. An alternate model for the analysis of Heritage, as perceived and highlighted by the community., 2015).

pado? A resposta surge parcialmente na prática da entidade que dá acolhimento ao MF: a Projecto Património. Criada em 2008 as ações e iniciativas por “ela” levadas a cabo, possuíam sempre uma dinâmica de abertura ou convite alargado a terceiros, gerando efectivas concretizações colaborativas, mormente nos cruzamentos entre Arte/criadores, História/investigadores e transmissão ou divulgação das produções dos anteriores vectores. Esse *modus operandi*, fazendo parte da matriz da Projecto Património, naturalmente se desenvolveu e transferiu para o MF.

Por outro lado, e sempre em torno ao fundamento patrimonial cultural, procurava como matriz basilar à sua justificação e prática, a convicção de que não só não será adequado, como se reveste de potencial perigo, a transmissão de elementos históricos e/ou patrimoniais sem o reconhecimento por parte de uma qualquer comunidade da relevância de, ou adesão a, qualquer desses elementos e ainda assim pretender-se que sejam paradigmas identitários, ou que para os mesmos contribuam. Na linha de Almeida (1993, p. 404): “(...) ele [Património] só o é, verdadeiramente, quando esta [a comunidade] o assume e toma consciência dele.”.

No que respeita à Projecto Património e relação com o MF, há um último ponto, que não cabe desenvolver nestas páginas: será instrumental na garantia de que o MF é argumentável enquanto Museu pleno, na lógica da Lei de Bases do Património Cultural Português (Lei nº107/2001, de 8 de Setembro) e com maior relevância, no articulado que resulta da Lei Quadro dos Museus Portugueses (Lei nº47/2004, de 19 de Agosto) e respectiva “criteriação” sequencial, aplicável na consideração do que é ou não é um museu, para efeitos de contabilização em Portugal².

² Para efeitos estatísticos e de acordo com o (IMUS, 2013) considera-se museu uma instituição que cumpra – cumula-

Assume-se por outro lado e também por essa subordinação institucional do MF à Projecto Património que o MF é enquadrável, de modo completo e pleno, na definição de museu do ICOM3. É também deste entendimento do MF como museu que os procedimentos levados a cabo procuram seguir a totalidade do normativo técnico de qualquer outro museu, desde a organização das exposições, ao inventário numerado, e a um especioso modelo de incorporação das peças: “afecção permanente” (definida por lei), uma vez que o MF não possui reservas e afirma não procurar a conservação do espólio sem as marcas do tempo, pelo contrário procurando observar a degradação das mesmas.

As Vidas do MF

O modelo de funcionamento do MF, para estabelecimento do padrão de relevância patrimonial cultural anteriormente apresentado (na senda de ALMEIDA) obrigaria a que se desenvolvesse essa dinâmica de um “museu de todos”, ainda que por via de um convite endereçado. Um museu potencialmente de todos os membros de uma dada comunidade, que inicialmente seria a de Viseu. Inicialmente, também, não havia uma determinação de ciclos do MF, o seu funcionamento seria decorrente da própria eminência do que é um museu como “instituição permanente”.

Contudo, e ao estabelecer o MF com uma dinâmica *pop-up*, a existência de um conjunto de materializações expositivas – temporárias – que

tivamente – os seguintes 5 critérios: Critério 1: museus que têm pelo menos uma sala de exposição; Critério 2: museus abertos ao público (permanente ou sazonal); Critério 3: museus que têm pelo menos um conservador ou técnico superior (incluindo pessoal dirigente); Critério 4: museus que têm orçamento (ótica mínima: conhecimento do total da despesa); Critério 5: museus que têm inventário (ótica mínima: inventário sumário).

³ Para uma leitura integrada da definição de museu e sua evolução/alteração ver: (Development of the Museum Definition according to ICOM Statutes (2007-1946), 2007).

apresentassem as peças do seu acervo num contexto físico, redundaram numa coloquialidade: viver bem! A cada exposição se remeteu o pressuposto de bem ou menos bem viver; de todo em todo, Vida. A cada Vida, corresponderia uma nova exposição e virtualmente um novo espaço expositivo, uma nova sala, e igualmente a adição de pelo menos uma nova peça ao acervo. A cada nova peça, uma nova colaboração/convite e uma nova pesquisa histórica para contextualizar a peça e a historicidade da mesma (remete-se novamente para o documento fundacional), bem como, potencialmente uma nova relação institucional (algo que se relevará particularmente na Segunda Vida).

A Primeira Vida ocorre entre 18/05/2012 na EMPÓRIO (uma loja adaptada a “museu”, em Viseu) e 18/05/2013. À data da inauguração, o MF possuía 20 peças, tendo sido adicionadas 5 novas peças em 21/09/2012 (dia do município de Viseu e feriado municipal). Em Março de 2013 foi a exposição desmontada e adicionada uma nova peça a 18/05/2013 mas apenas em suporte e com divulgação online (“O primeiro registo fonográfico em território português”, com o número de inventário MF.2013.001). Poderíamos nessa etapa distinguir três momentos e, portanto, uma Vida 1.1 (de 18/05/2012 a 21/09/2012); uma Vida 1.2 (entre 21/09/2012 e Março de 2013); e uma Vida 1.3 (no dia 18/05/2013).

Entre o final desta Primeira Vida e o início da Segunda, dá-se uma alteração substancial do foco do MF: é considerado que o percurso académico ou, ao menos, de apresentação em Fóruns e Congressos de cariz académico, cientificamente definidos e validados, seria um campo a explorar. É dessa dinâmica que se inicia um período de candidatura do MF a Congressos Internacionais (no domínio do Património), resultando na aceitação das propostas e posterior apresentação pública. A internacionalização do

MF ocorre, oficialmente, em Maio de 2014 no “I Congreso Internacional Patrimonio y Educación”, que teve lugar na cidade de Granada entre 22 e 24 de Maio de 2014 (seguir-se-iam outras a partir dessa data, “levando” o MF à Croácia, à Finlândia e a várias cidades, e Universidades, de Portugal e Espanha, sempre em contexto de comunicações aceites após *peer-review* ou convite da organização; mas essa vertente não foi alguma vez incorporada na noção de Vidas embora tenha contribuído para a sedimentação de alguns dos conceitos funcionais do Museu e dela tenham resultado algumas das mais interessantes, ou antes, curiosas, interacções).

A Segunda Vida do MF ocorre entre 18/05/2014 (inaugurando às 18 horas, 5 minutos, e 14 segundos) e 30/06/2014, no Museu Grão Vasco (desde 2015 Museu Nacional Grão Vasco, em Viseu) e foi assumida como uma exposição intitulada “Coffee Break: #MF@MGV – A colecção do Museu do Falso de Visita ao Museu Grão Vasco”. Foi adicionada uma nova peça, composta de quatro itens individuais. Durante esta Vida foi realizada um colóquio (“FAKE’M – Conversas em torno ao Falso”, no dia 07/06/2014, disponível em <https://vimeo.com/97758508>) que procurava desenvolver a perspectiva de investigação que cada museu deve, sobre si mesmo, levar a cabo e em que participaram como oradores Laura Castro (docente UCP-Porto), João Luís Oliva (Investigador e Autor), Cláudia Marisa Oliveira (docente ESMAE), e Pedro Coutinho (docente ESEV). De acordo com os números oficiais do Museu Grão Vasco, terão sido contabilizados – aproximadamente – 6000 visitantes. Esta Segunda Vida assumia a tentativa de resposta – ou provocação? – quanto à legitimação do MF no contexto de uma outra instituição já legitimada: o MF ou qualquer outra instituição, pode torna-se “legítimo” por contacto ou contágio? Dessa potencial resposta, se traduziria parte do apelo funda-

cional do Museu quanto ao porquê do recurso a elementos patrimoniais por parte de instituições ou agentes políticos.

Como resultado do Colóquio supra indicado e, em particular, no seguimento da intervenção de um dos oradores – Cláudia Marisa Oliveira – foi esboçada a premissa de uma vertente performativa no MF. Esta noção levou a que, no final de 2014 se estabelecesse um contacto informal com a associação cultural NACO (Núcleo Juvenil de Animação Cultural de Oliveirinha) responsável pela organização de um festival de teatro – Palco para Dois ou Menos – reconhecido pelo conceito de monólogos ou diálogos com não mais de dois intervenientes em palco. O objectivo seria o de, duplamente, testar a possibilidade de uma visita-guiada ser uma performance ou assim ser entendida; e analisar o entendimento que faria uma audiência, de um museu sem edifício ou fora do seu edifício. Considerando que o MF se efetivava por uma exposição e decorrente visita guiada, foi acordado, em Novembro de 2014 que se integraria uma “Visita Guiada ao Museu do Falso”, na edição seguinte do festival. No entanto e porque não era o MF uma peça de teatro nem os seus intervenientes – em particular o seu director, responsável pelas visitas guiadas – actores, procurou realizar-se, perante uma plateia reduzida e profissionalmente adstrita ao domínio do teatro, uma apresentação, considerada de teste, que garantisse que uma apresentação do MF nos moldes descritos: não seria despropositada enquanto apresentação de palco, de modo a manter a premissa do próprio MF; e que não seria de algum modo “ofensiva” para aqueles que faziam das artes de palco o seu percurso profissional.

A referida apresentação de teste (uma espécie de Vida 3.0, oficiosa) ocorreu a 07 em Dezembro de 2014, no denominado “Centro Cultural da Nogueira”, um espaço privado. Foi uma “visita

sentada”, em sala pequena, onde se manuseavam as peças, a partir das caixas, estantes e mesas em que se encontravam, aleatoriamente dispostas, para as mãos enluvasadas do director. Resultou da apresentação um proverbial consenso e a referência de que, em certa medida, a cada história e peça apresentadas, os espectadores/visitantes ficavam “(...) à espera que cada objecto presente [naquele espaço] fosse a próxima peça do museu (...)” como viria a referir José Rui Martins no final da sessão.

Assim se confirmou que haveria uma Terceira Vida, em palco, do MF, na IXª edição do Festival “Palco para Dois ou Menos”, agendada para 17/05/2015 em Oliveirinha (Carregal do Sal). Foi, uma vez mais, criada e incorporada uma nova peça, no acervo do Museu. A primeira que especificamente se não traduzia numa historiografia ou elemento patrimonial viseense – embora com o concelho de Viseu possuísse várias ligações (“Cavilhas de Tablado”, com o número de inventário MF.2015.007).

O mais relevante foi, ainda assim o modo como se explanou esta Terceira Vida, transcrevendo-se o que ficou referido e consubstanciado num texto (não publicado) produzido por ocasião das Primeiras Jornadas de Doutoramento em Estudos do Património da Escola das Artes – Universidade Católica Portuguesa, Porto (Macário Ribeiro, A 3ª Vida do Museu do Falso., 2015, pp. 14-15):

A exposição pressupôs duas situações: a primeira sendo a possibilidade de [um museu] e, à semelhança do que foi referido para com as exposições citadas do MNAA no Colombo, transpor para espaços e – neste caso concreto do MF – abordagens de visita, distintas das que convencionalmente tenham lugar no edifício de um museu; a segunda, a de pela primeira vez quanto ao MF se poder apresentar expositivamente fora do âmbito geográfico matricial (concelho de Viseu) e desse

modo, “testar” a interação do público com o acervo do MF e conteúdos dele decorrentes. Aspecto a sublinhar é o do tratamento duplo – aprioristicamente trabalhado nesse sentido, ao invés de, como nas anteriores Vidas, tal poder decorrer organicamente – da 3ª Vida do MF como exposição temporária e simultaneamente visita guiada.

Na prática a proposta de se realizar uma visita guiada implicaria que houvesse uma exposição já instalada e o que ocorreu foi a montagem da exposição em palco enquanto se guiava a assistência pelo historial e referentes de cada peça, e enquanto as mesmas eram transportadas de fora do palco para os seus suportes expositivos – em palco (e por aqui removendo o que é conhecido por quarta-parede, o artifício técnico de fazer crer que existe uma divisão concreta entre o palco e o que nele tem lugar, e o público). Apenas no final da montagem se correram as cortinas e se convidou a assistência a visitar a exposição, para tal acedendo pela entrada lateral, em cena, e visualizando o palco como uma *black box* de expressão museal. Tal como se fazia menção nos materiais de contextualização e divulgação da exposição (onde se inclui a ficha técnica da mesma).

No entanto, a Terceira Vida não se cumpriu exclusivamente com a exposição indicada (em Fevereiro de 2015 foi promovido o Seminário – Uma Abordagem Inicial à Legislação Cultural portuguesa”, no âmbito do qual se incorporaram novas peças e se debateu parcialmente o MF e o papel e fundamento de um museu), ainda que, para efeitos “internos”, esta Vida tenha tido a duração de algumas horas apenas (cerca de três). No final desse mesmo ano de 2015, surgiu o convite, para transportar o MF – “versão teatro” – até Tondela (um concelho limítrofe de Viseu, tal como Carregal do Sal). Surgiu esta nova apresentação por via de José Rui Martins, então na condição de director-artístico do 21º FINTA

(“Festival Internacional de Teatro da ACERT”, em Tondela), e um dos participantes/presentes na apresentação do “Centro Cultural da Nogueira”, quase um ano antes.

Foi no seguimento dos contactos, acordada, programada e planeada uma apresentação que se assume, contudo, na métrica da evolução do MF, como uma Quarta Vida (entre 06/12/2015 e 12/12/2015). O porquê dessa classificação – Quarta e não Terceira ponto qualquer coisa – resulta de dois factores principais: o assumir que seria integrado um conjunto “substantivo” de peças versando sobre Tondela e, portanto, dando-se primeiro fôlego a um novo “núcleo” (ainda que reduzido) do MF; e, por outro lado, ainda que integrada a inauguração num festival de teatro, o regresso a um modelo expositivo convencional – ao MF, não tanto a um tradicional museu – de reaproveitamento de espaços e materiais pré-existentes no espaço/da entidade em que se instala cada nova Vida. Deste modo e transpondo parcialmente o que então se anunciou e divulgou:

O Núcleo de Tondela deste Museu é uma (PPP) parceria privado-privada estabelecida com a Acert (...)

Três anos e várias dezenas de incorporações após o início do seu périplo, é com grande satisfação que se anuncia a apresentação pública do primeiro núcleo oficial do Museu do Falso: o Núcleo de Tondela, em resultado de uma (PPP) parceria privado-privada estabelecida com a Acert, e respondendo em Terras de Besteiros ao desígnio da expansão de um modelo curatorial e museológico atuante e adaptado aos novos paradigmas patrimoniais.

Utilizou-se para o efeito, o espaço do restaurante do Novo Ciclo (sede da ACERT) – então sem utilização – com sua cozinha. Permitindo que o MF se dispusesse por duas salas contíguas

emulando na primeira (a cozinha) parte do modelo já testado com a NACO de montagem-visita e, no segundo (a sala de refeições) a disposição regular pré-estabelecida de peças, com uma narrativa mais compassada com o conceito de visita-guiada. Foi neste segundo espaço que se integraram as três novas incorporações, que como referido, se relacionavam, todas, quanto a Tondela.

A Quinta Vida do Museu ocorre já em 2016 e é a última do modelo regular. Teve lugar no espaço Carmo'81 (Viseu) e inaugurou no Dia Internacional dos Museus, tal como em 2012 e 2014 e, tal como nessas anteriores ocasiões, oficialmente às 18 horas, 5 minutos e, neste caso, 16 segundos. Foi baptizada com o título de “126230404 de Museu do Falso”, enumerando e contabilizando os segundos de existência total do MF. Incorporou também duas novas peças. Foi uma exposição singular, pelo reflexo do sentimento de alguma repetibilidade do MF ainda que, pela primeira vez, os integrantes da visita fossem, maioritariamente, não viseenses e fossem participantes de um Congresso Internacional que ocorria na cidade de Viseu por essa data (e ao qual o MF se associava como actividade complementar/programa social), logo, um público-alvo diferenciado e especializado.

O restante de 2016 orientou-se maioritariamente para a vertente de apresentação do MF e seus conceitos, em âmbito académico, por via de participações em Congressos Internacionais.

Considera-se que em 2017, por via do que foi já enunciado, dois parágrafos antes, o MF exauria o seu próprio percurso e foi dado tempo e espaço para um repensar do Museu. Esse tempo, renova-se no final de 2017 com pequenos apontamentos em conversas – por via de integrantes/proprietários de peças, ou participantes ocasionais em alguma das Vidas do MF – quanto a próximas datas ou manifestações do Museu. E,

no fecho do ano, o convite, em particular ao seu Núcleo de Tondela, para integrar os trabalhos do 5º EI_EA (5 a 7 de Abril de 2018, Tondela).

A Sexta Vida do MF resume então e de modo algo complexo a união entre as duas dimensões que tinham sido seguidas pelo Museu. A dimensão expositiva/performativa (deixando ao critério de cada avaliar), por um lado; e a dimensão académica, na lógica de um projecto de substrato conceptual menos preocupado com as criações na vertente de “arte”, que com o fundamento e referenciação das criações para uma leitura Patrimonial Cultural e uma leitura do papel dos poderes Institucionais – o MF enquanto tal, não cada um dos seus integrantes e participantes.

Também essa Vida se releva pelos cumprimentos trocados (mantendo o anonimato do autor de uma simples mensagem de texto) datada de 18/05/2018, às 18:06h: “Só para fazer um brinde contigo ao Museu do Falso! Se fosse hoje seria às 18:05:18 mas já lá vão 05+1. (...)”. Implica ela – a mensagem – que o MF continua a fazer sentido, ao menos para os que com ele se cruzaram? Dependerá, certamente, mas não deixa de ser elucidativo o haver rituais que se recordam. E aí, fazem sentido – com grande dose de acomodação – as palavras de Hobsbawm (2015, p. 1):

Invented tradition' is taken to mean a set of practices, normally governed by overtly or tacitly accepted rules and of a ritual or symbolic nature, which seek to inculcate certain values and norms of behaviour by repetition, which automatically implies continuity with the past. In fact, where possible, they normally attempt to establish continuity with a suitable historic past.

Globalmente e contabilizando a súmula dos itens que por vezes compõem uma peça, no final da Sexta Vida, o MF conta com um total de

52 elementos no seu acervo (respectivamente integrados como segue: 27 em 2012, 1 em 2013, 4 em 2014, 16 em 2015, 2 em 2016 e 2 em 2018; tendo, neste transcurso de tempo, sido dados a “abate ao cadastro” 5 itens).

A plataforma digital (o Museu em si, que se defende ter a sua permanência online), apresentava até 31/05/2018, 18891 visualizações. A estimativa global de visitantes – não extrapolando quando aos, nem incluindo os, locais onde não foi possível realizar essa contabilização – é de cerca de 9000, para seis anos. No entanto deve ressaltar-se que apenas em cerca de 380 dias (assumindo, por exemplo, uma apresentação de três horas como um dia, para efeitos de contabilidade), esteve disponível fisicamente uma exposição ou mostra do acervo do MF, o que resulta numa média de aproximadamente 23 visitantes/dia; para um investimento financeiro que se mantém abaixo dos 1000 euros (o que se traduz num custo inferior a 11 centavos/visitante). Continua a ser um museu pro bono, não se oferecendo nem aceitando qualquer “remuneração”.

O MF “É”; nas suas múltiplas vertentes, perto de uma centena de colaboradores/integrantes/pares.

Mutação e Reprodutibilidade (?)

O fundamental, contudo, radica ainda na menção original “museu de história local”. Esse propósito inicial foi sendo seguido nos vários espaços e com os cambiantes que foram sendo introduzidas. Não um museu de historiografias finitas, antes um em que as prospetivas inovações ou ligações pudessem ser assumidas – ainda que enquanto hipóteses a rejeitar – mas valorizando-as pela importância que pudessem revestir numa dada “escola”. O entendimento de que uma hipótese seria ou será ainda seguida por algum agente (museu, município, univer-

sidade, escritor, etc.) é, para o MF, uma putativa razão para a referir e contextualizar. A este exemplo, poderá apresentar-se a peça com o número de inventário MF.2012.025, “A Corneta de Rei Ramiro II”, putativo auto-declarado “Rei da Terra Portucalense” (no século X e com capital em Viseu), e que terá passado os primeiros anos da sua vida na região em torno a Viseu; o que ilude a uma pouco sedimentada noção da polémica em torno a Afonso Henriques (o histórico primeiro Rei de Portugal) ser natural de Viseu, ou não.

Ou seja, e no fundo, a crítica histórica surge pelo contexto de o MF existir mas, igualmente, pelo facto de que, a cada contributo solicitado – por convite – à criação de uma peça, os seus autores-proprietários se vejam incentivados a reflectir sobre qual o elemento histórico/patrimonial que transporiam para um museu de história local e qual o conhecimento historiográfico que sobre esse elemento há. Colocando-o sempre em contraponto com o conhecimento “popular” do mesmo elemento – tem sido essa a leitura do processo de criação de cada peça. A intervenção do MF – institucionalmente – ou dos seus “colaboradores” investigadores/historiadores, destina-se precisamente a auxiliar no processo de recolha de informação histórica, comprovável, ou historiograficamente referida.

Os autores-proprietários, os criadores, por outro lado, são livres de elaborarem o seu próprio percurso e referência na construção da narrativa ficcional que é, mais do que qualquer outra, a peça, que entregam ao MF. A objectualização dessa peça, será um processo derivado – para o MF – ainda que neste ponto, nem sempre correspondam os entendimentos ou valorizações dos criadores e a lógica interna do MF. E isso é... bom, porque ocorrendo, implica que não há uma subjugação do indivíduo ao MF, nem uma perda de sentido do MF na prática dos

indivíduos (aqui, concede-se que existam graus amplos de análise). Desde que se opere a crítica, sustentada pelo conhecimento ou simples questionamento, do que é transmitido pelas instituições convencionais.

Um aparte apenas para salvaguardar que não se crê ou entende que todas as instituições convencionais são, de algum modo, tendenciosas ou facciosas. Apenas se pretende que o conhecimento se faça pelo acesso o mais amplo possível a fontes variadas, com cruzamento de informação, integração num contexto de leitura e, enfim, a consciencialização de que qualquer apresentação ou transmissão é uma escolha, do mesmo modo que é uma escolha aquela que os criadores que participam no MF têm.

Neste ponto, e se houver uma lógica sequencial, o criador é também director do Museu. E entende igualmente que as responsabilidades de uma qualquer escolha (como a de qual elemento histórico conservar no “seu” museu?) possui implicações tão vastas quanto as de um efectivo director de museu que procure deliberar quanto ao modo como fará a(s) sua(s) exposição(/ões), considerando um universo limitado de propostas base (leia-se as peças do museu e as salas disponíveis).

O exercício a que o MF incentiva, não é apenas o de criticar, antes o de igualmente procurar colocar-se no papel/função de quem deve decidir. Escolher. E que isso pode ser tão livre quanto o que o criador assume para si, sem interferências externas. Também, e por outro lado, que o exercício de qualquer poder decisório, quando validado ou legitimado por um “peso” institucional, inevitavelmente terá repercussões... e isso é um poder em si.

Resumindo o que foi ao longo dos anos sendo transmitido (e adaptado) como “Manual de Utilização”:

Museu do Falso – [Uma simplificação de] Manual de Utilização

1) Seleccione um elemento do, com relação ao, espaço geográfico matricial que considere dever ser “salvaguardado” num museu de História desse mesmo território; um elemento com existência histórica, que considere ser o mais representativo para si, enquanto membro da comunidade que habita/pertence/se identifica com o território matricial

a - Pode ser qualquer tipologia de elemento: momento, edifício, objecto, etc., (ou mesmo uma personalidade)

2) Indique os motivos da selecção (texto)

3) Imagine que o elemento seleccionado, é removido da linha historiográfica que conhece, ou por outra via, existe numa historiografia alternativa

a - Na prática colocando o elemento numa realidade paralela

4) Construa a narrativa ficcional/ficcionalada que sustente a existência do elemento seleccionado nessa realidade alternativa (texto)

5) “Materialize” e “nomeie/titule” o elemento que seleccionou inserido na realidade alternativa

a - Pela criação textual, gráfica, objectual, ou outra de um bem/artefacto/documento que lhe dê comprovação

b - Pode resultar, esta materialização, de uma apropriação objectual (um ready made específico ao fins e procedimentos do Museu do Falso: por exemplo, um objecto ou fragmento, pré-existente, sobre o qual se construa ou que se adequa à narrativa ficcional/ficcionalada)

6) Indique/Disponibilize texto com (eventualmente dimensões, autoria, materiais, etc.) uma descrição do bem/artefacto/documento que integrará o acervo do Museu do Falso

FAKE’M. Falsifiquem-nos. Aos artefactos que suportam narrativas, apenas para de modo directo se entender de onde e como podem essas narrativas históricas ser transmitidas. E qual o

seu impacto, quando permitimos que nos entreguem “Património Cultural” sem o conhecer e sem o entender.

FAKE’M, em contextos distintos, enquanto exercício transponível para qualquer realidade. Talvez.

Referências

ALMEIDA, C. A. (1993). Património – Riegl e Hoje. **Revista da Faculdade de Letras**, II S. - X, pp. 407-416.

HOBBSAWM, E. (2015). Introduction: Inventing Traditions. In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. **The Invention of Tradition** (24th Printing ed.). Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press.

ICOM. (2007). **Development of the Museum Definition according to ICOM Statutes** (2007-1946). (ICOM, Ed.) Obtido em 16 de Junho de 2018, de http://archives.icom.museum/hist_def_eng.html

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. (Janeiro de 2013). **Documento Metodológico: Inquérito aos Museus** (versão 4.0). Lisboa, Portugal: Instituto Nacional de Estatística.

RIBEIRO, R. Macário (2014). O Museu do Falso: uma experiência colaborativa em torno à noção de construção de Identidade. **Libro de Actas del I Congreso Internacional Patrimonio y Educación. Enseñanza y Patrimonio**: Estado de la cuestión. (pp. 80-89). Granada: Facultad de Ciencias de la Educación de la Universidad de Granada.

_____. (Maio de 2015). **A 3ª Vida do Museu do Falso**. Porto, Portugal. Obtido em 16 de Junho de 2018, de https://www.academia.edu/36822753/A_3a_Vida_do_Museu_do_Falso

_____. (2015). FAKE’M – Da concepção à materialização do Museu do Falso (Viseu). Em SEMEDO, A.; AZEVEDO, T.; SENRA, S. (Ed.). **Pro-**

cessos de musealização: um seminário de investigação internacional : atas do seminário. (pp. 202-219). Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Obtido em 16 de Junho de 2018, de <http://ler.letras.up.pt/site/resumo.aspx?qry=id03id1470&sum=sim&l=i&idn3=13485>.

_____. (2015). The Fake Museum and the resulting Mental Cultural Landscape. An alternate model for the analysis of Heritage, as perceived and highlighted by the community. In: SCITAROCI, M. O. (Ed.). **Cultural Heritage – Possibilities for Spatial and Economic Development**. Proceedings. (pp. 412-415). Zagreb: University of Zagreb, Faculty of Architecture. Obtido em 16 de junho de 2018, de <https://heru2015.wordpress.com/>